



TOMADA DE POSIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CUIDADOS PALIATIVOS SOBRE AS ÚLTIMAS DECLARAÇÕES PÚBLICAS NO ÂMBITO DO TEMA “EUTANÁSIA E SUICÍDIO MEDICAMENTE ASSISTIDO”

Porto, 5 de Fevereiro de 2018

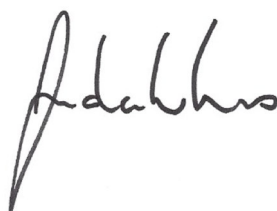
Na sequência das diversas declarações tornadas públicas na passada semana sob o pretexto da “tolerância e livre decisão”, os corpos gerentes da **Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos**, doravante designada por APCP, consideram que:

- 1- Se reconhece a APCP como entidade que, desde o início deste debate, se tem pautado pela **moderação e responsabilidade** nas suas intervenções públicas;
- 2- A APCP, instituição representante de profissionais em Cuidados Paliativos e firme defensora dos Doentes, Famílias e Cuidadores, **não pode compactuar** com declarações que, de forma mais ou menos deliberada, promovam **equivocos** que **enviesem** o debate atual;
- 3- A argumentação pró legalização da eutanásia / suicídio assistido, ainda que **aceitável** no livre exercício da opinião de cada um não deve **nunca ser utilizada como solução** contra as práticas médicas e assistenciais inadequadas, artificiais e erradas no fim de vida, tal como a **distanásia**, contrárias aos princípios da medicina e ao interesse da pessoa assistida;
- 4- A **confusão** entre estes dois procedimentos, por tantas vezes ser usada, parece propositada: uma coisa é **executar a morte de um doente a pedido (eutanásia)**, outra é admitir que a **sustentação artificial da vida não se deve prolongar (ortotanásia)**, deixando que sobrevenha a morte natural a alguém;
- 5- É igualmente grave **confundir a morte medicamente assistida** e a **verdadeira assistência médica** para atenuar o sofrimento, realizada por profissionais tecnicamente habilitados. Está a primeira em clara **colisão** com as **leis deontológicas da medicina em Portugal**, assim como do ato médico;

- 6- É de todo o **interesse público** que as suspeitas levantadas pelos intervenientes - responsáveis por instituições de alta relevância social e administradores por inerência de unidades hospitalares privadas – sejam **investigadas e corrigidas** por quem de direito;

Assim, reiteramos que:

- 1- Todos os intervenientes neste debate adotem uma **posição pública responsável, de exemplar cidadania**, utilizando a sua grande relevância junto da comunicação social com o objetivo de **esclarecer** em detrimento de **confundir** os nossos concidadãos;
- 2- As entidades responsáveis, tanto públicas como privadas, adotem medidas **urgentes de reforço de formação e capacitação** no fim de vida, particularmente no combate à distanásia ou outras práticas que em nada dignificam o fim de vida de cada um;
- 3- Os Senhores **Bastonários** das Ordens Profissionais indiretamente alvo destas declarações, adotem posições públicas no sentido de refutar as afirmações proferidas.
- 4- A APCP, no sentido de **contribuir para o retomar do debate com discernimento e cidadania**, solicitará ao Sr. Presidente da República uma audiência, assim como ao Sr. Bastonário da Ordem dos Médicos e à Sr.ª Bastonária da Ordem dos Enfermeiros.



Duarte da Silva Soares
Presidente